

**Uma história dos historiadores: O messianismo acadêmico.**

Igor Guedes Ramos \*

André Luiz Joasilho \*\*

**Resumo:** A produção historiográfica brasileira das décadas de 1970 e 1980, que se dedicou ao estudo da formação da classe operária no Brasil, traz consigo expectativas de futuro. Logo, o passado aparece como prenúncio do que virá; de acordo com representações de história e de classe operária. Esta comunicação tem por objetivo apontar como essas representações, por um lado, se constituem historicamente, por meio da incorporação das configurações socioculturais; e, por outro lado, se manifestam como matrizes da prática e do discurso historiográfico, estabelecendo os campos teóricos de análise da formação da classe operária brasileira. Destarte, compreendemos que a produção historiográfica se apresenta como produção cultural, que transforma materiais brutos (memória) em materiais culturais (história), atribuindo sentido e cientificidade; de acordo com um lugar sociocultural e temporal, uma prática e uma escrita.

**Palavras-chave:** Representações – Historiografia – Classe operária.

**Abstract:** The Brazilian historiographical production of 1970 and 1980's decades, which were devoted to the study of working class formation in Brazil, brings with itself future expectations. Therefore, the past appears as sign of what will come; in agreement with history and working class representations. This communication has the objective point how these representations, on one side, are constituted historically, through the incorporation of the sociocultural configurations; and, on the other hand, they show as producers of practice and academic speech, establishing the theoretical fields of analysis of the formation of the Brazilian working class. Like this, we understood that the academic production comes as cultural production, which transforms rude materials (memory) in cultural materials (history), attributing sense and rationality; in agreement with a sociocultural and temporary place, a practice and writing.

**Key-words:** Representations – Historiography – Working class

---

\* Mestrando em História Social pela Universidade Estadual de Londrina, na linha de pesquisa Culturas, Representações e Religiosidade, orientando do Prof. Dr. André Luiz Joasilho, bolsista CAPES.

\*\* Pós-Doutor em História, docente do departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina.

A formação da classe operária brasileira, que se inicia por volta de 1890, quando ocorre um surto de desenvolvimento industrial principalmente nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, foi objeto de estudo de parte da produção historiográfica brasileira, entre as décadas de 1970 e 1980. Muitas pesquisas foram empreendidas, muitos textos foram produzidos e muitas controvérsias surgiram; as distintas formas de interpretação do objeto e as mudanças teórico-metodológicas, entre as duas décadas, foram muitas vezes relacionadas aos desdobramentos políticos e socioeconômicos do país.

Em nossa perspectiva, para pensarmos essas controvérsias e mudanças, é preciso analisar as representações de classe operária e história da referida produção historiográfica; e como essas representações estabelecem o campo teórico de compreensão de configurações sociais e trazem consigo expectativas de futuro, nas quais o passado, representado nos textos, aparece como prenúncio do que virá. Destarte, compreender como se constituem as representações e como estas se articulam com as práticas e os discursos acadêmicos.

Para esta reflexão, adotamos a noção de representação definida por Roger Chartier (Cf. CHARTIER, 1990:passim), a saber; as representações são “dispositivos mentais estáveis” de classificações e de percepções (estabelecimento de limites, de posições, distinções, julgamentos, etc.), partilhadas por um determinado grupo de indivíduos, que organizam a apreensão e inteligibilidade do real deste grupo. Como cada grupo de indivíduos ocupa uma determinada “posição” social (financeira, intelectual, etc.), as representações são múltiplas, historicamente construídas e embora cada uma aspire uma compreensão universal do mundo, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forja; produzindo estratégias de dominação, de legitimação e/ou de justificação para impor uma autoridade perante outros. Destarte, as representações são diferentemente construídas pelos diversos grupos sociais, que definem contraditoriamente suas identidades, traduzem as suas posições e interesses, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse; produzindo assim conflitos de representação que são tão importantes quanto os conflitos econômicos na construção do mundo social.

Segundo Chartier, esta noção de representação rompe com a distinção entre estruturas objetivas e representações subjetivas; pois, a própria organização social esta incorporada – de acordo com um “lugar” social de cada grupo – nas representações, que são matrizes de discursos e práticas, ou seja, comandam atos; estes têm por objetivo construir o mundo social. Neste sentido, ao estudarmos a constituição das representações de classe operária e história, é preciso verificar o “não dito”, o que não se manifesta claramente no discurso historiográfico, a saber; o “lugar” na estrutura social de onde os historiadores falam,

ou seja, o “lugar” que constitui suas representações; que permite, modela, legitima e consome suas falas.

*Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe permite um tipo de produção e lhe proíbe outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise. Sem dúvida, esta combinação entre permissão e interdição é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com qualquer coisa. (CERTEAU, 2002:77)*

Constituídas de acordo com um “lugar” social, estas representações tornam-se matrizes de uma “prática” e de uma “escrita”. A prática historiografia transforma, obedecendo a regras, a “matéria-prima” (informação primária) em produto normatizado (informação secundária), transporta os arquivos, as curiosidades, as coleções, memória, etc.; em história. O historiador articula natureza e cultura, transformando elementos naturais (brutos) em elementos culturais (refinados) (Cf. CERTEAU, 2002:77-80).

Ainda, a prática historiográfica é como uma prática do desvio, ou seja, é a tentativa do historiador de “preencher” as lacunas dos modelos anteriores, de analisar as especificidades que as interpretações anteriores não dão conta. “Poder-se-ia dizer que a formalização da pesquisa tem, precisamente, por objetivo produzir ‘erros’ – insuficiências, falhas – cientificamente utilizáveis” (CERTEAU, 2002:86). Destarte, a pesquisa apóia-se nos limites da produção anterior, para construir novas interpretações que corrijam aquelas, é o desvio. Esse desvio se apóia no lugar da produção acadêmica, nas condições socioculturais do momento histórico, nas representações; ou seja, parte das questões presentes para interpretar o passado.

A escrita historiográfica, por sua vez, busca preencher as lacunas da pesquisa (da prática), dar uma inteligibilidade aos recortes documentais, proporciona uma inversão do tempo da prática; pois, o tempo da pesquisa vai do presente para o passado, o tempo do discurso vai do passado para o presente:

*Quer participe (ou não) de uma temática do progresso, faça drenagem das longas durações ou conte uma seqüência de ‘episteme’, enfim, qualquer que seja o seu conteúdo, a historiografia trabalha para encontrar um presente que é o término de*

*um percurso, mais ou menos longo, na trajetória cronológica (a história de um século, de um período ou de uma série de ciclos). O presente, postulado do discurso, torna-se a renda da operação escriturária: o lugar de produção do texto se transforma em lugar produzido pelo texto. (CERTEAU, 2002:97-98)*

A escrita historiográfica é um discurso de sentido, possui uma cronologia que, por um lado, demarca uma “origem” e, por outro lado, visa o presente permitindo que a atualidade exista no tempo. Destarte, o discurso historiográfico, ao representar o passado, significa o presente e projeta o futuro, tecendo um sentido para a história. Como exemplo, levando em consideração sua grande influência na produção acadêmica brasileira das décadas de 1970 e 1980, a concepção marxista produz um determinado sentido à história, com caráter positivo, que estabelece o progresso irremediável da produção e, conseqüentemente, da consciência humana. Na perspectiva de Cornelius Castoriadis, o sentido da história no marxismo é explicado da seguinte forma:

*Existe uma dialética da história que faz com que os pontos de vista sucessivos das diversas épocas, classes, sociedades, mantenham entre si uma relação definida (mesmo se muito complexa). Eles obedecem a uma ordem, formam um sistema que se desdobra no tempo, de maneira que o que vem depois ultrapassa (suprime conservando) o que estava antes. O presente compreende o passado (como momento ‘superado’) e por isso pode compreendê-lo melhor do que esse passado se compreendia a si mesmo. Essa dialética é, em sua essência, a dialética hegeliana; o que era para Hegel o movimento do logos, torna-se em Marx o desenvolvimento das forças produtivas e a sucessão de classes sociais que marca suas etapas não tem, em relação a isto, nenhuma importância. [...] esta dialética é a dialética da aparição sucessiva de diversas classes na história, ela não é mais, necessariamente, infinita de direito; ora, a análise histórica mostra que ela pode e deve completar-se com o aparecimento da ‘última classe’, o proletariado. (CASTORIADIS, 1982:49)*

É de acordo com esta perspectiva, que analisamos a produção acadêmica brasileira da década de 1970, dedicada ao estudo da formação da classe operária brasileira. Esta produção é herdeira dos desdobramentos ocorridos no interior das ciências sociais nas décadas anteriores como, por exemplo, a introdução do marxismo universitário no Brasil, por meio da constituição do Seminário de Marx, em 1957, na Universidade de São Paulo; composto por um grupo de discentes e docentes dispostos a discutir e aplicar em suas pesquisas as obras de Marx e de outros expoentes do marxismo.

Os pesquisadores da década de 1970 foram, também, influenciados pelos “brasilianistas” (acadêmicos norte-americanos especializados em Brasil), tais como; Michael Hall, Sheldon Leslie Maram, John W. F. Dulles, entre outros. Esses contribuíram, principalmente, para utilização e organização rigorosa de um vasto número de fontes. Isto, “inaugura entre os estudiosos brasileiros da classe operária, procedimentos de pesquisa que são de praxe no ofício de historiador, mas que até então eram pouco seguidos” (BATALHA, 2003:151).

Após o golpe militar 1964, o Estado encerra com as vias institucionais de exercício político, sobrepujando as ações das classes populares trazendo de volta o tema da “eterna exclusão” que foi submetida à classe operária. O tema “Reforma” ou “Revolução” polariza o debate da vanguarda socialista; o PCB (Partido Comunista Brasileiro), antigo “monólito” da esquerda começa um processo de fragmentação que desemboca na criação do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), entre outros. Ocorre o fim do otimismo desenvolvimentista e o colapso do projeto nacional-democrático, o modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro expõe sua total inépcia em se tornar independente e em modernizar e democratizar a sociedade. Os termos “democracia”, “sociedade civil”, “política” e o inimigo “ditadura militar” tornam-se centrais no discurso intelectual; simbolizando a ruptura entre os intelectuais e a crença no Estado como agente da democratização e do desenvolvimento do Brasil. E, especialmente após o AI-5, os intelectuais e suas instituições tornam-se a única via de “ação política legal” para os grupos sociais contrários à ditadura militar. (Cf. PECAUT, 1990:passim & SORJ, 2001:passim)

É, nesta atmosfera sociocultural, que surgem os estudos de Francisco Foot Hardman (HARDMAN, 1982) e de Boris Fausto (FAUSTO, 1976), ambos adotam o modelo marxista-leninista para analisar a formação e os primeiros movimentos da classe operária brasileira. Dedicam sua atenção as grandes organizações sociais de dominação e resistência, a saber; o Estado, os sindicatos e os partidos. Como sendo os lugares legítimos de luta política e transformação da sociedade.

Em linhas gerais, ambos indicam que o Brasil no início do século XX, possuía um baixo desenvolvimento industrial, uma vez que a base da economia residia na agro-exportação; e um Estado repressor, que não fornecia vias institucionais de representação política da classe operária. Tais fatos, somados a imigração de mão-de-obra de países com características semelhantes como, por exemplo, Itália; favoreceu a proliferação da ideologia anarco-sindicalista entre os trabalhadores. O movimento operário, embebido da ideologia

anarco-sindicalista, reivindicava a destruição do Estado e não reconhecia a luta política como legítima, desta forma; excluindo a possibilidade de uma revolução aos moldes marxista-leninistas.

*A orientação da vanguarda anarquista teve assim um peso que não pode ser ignorado ao longo da história do movimento operário do período e na conjuntura de 1917-1920. Aí se atualizam as debilidades de uma teoria, às quais se poderiam acrescentar as oscilações entre uma estratégia insurrecional utópica e a mera identificação com as lutas espontâneas [...]. (FAUSTO, 1976:247)*

A temática destes estudos não é estranha à temática existente entre os intelectuais na década de 1970. Emergem, nesses estudos, os germens do baixo desenvolvimento industrial, do Estado autoritário e da inconsciência da classe operária no Brasil. Esta perspectiva carrega uma função para classe operária e um sentido de história, a saber; a classe operária, no momento que estiver devidamente organizada politicamente, levará a uma transformação radical da sociedade atual, criando uma sociedade mais livre e igualitária.

Na década de 1980, o debate historiográfico, a respeito da classe operária, cresce muito em produção e em perspectivas teóricas. Para isto, alguns fatores foram importantes, tais como; o aumento de programas de pós-graduação em todo o país, com o conseqüente aumento de dissertações sobre a classe operária; diminuição da repressão política, ampliando as liberdades civis; e as greves dos metalúrgicos do ABC paulista do final da década de 1970, que trazem de volta à cena as manifestações operárias, dotadas de espontaneidade, criatividade e formas de ação externas ao sindicato, que não podem ser apropriadas ou substituídas por este, politizando todos os locais e os meios de resistência. (Cf. PAOLI, 1983:passim)

Estes fatores possibilitaram a apropriação de outros modelos teóricos como, por exemplo; os estudos de Edward P. Thompson, sobre a formação da classe operária inglesa, pensando-a como uma categoria que se define ao longo do processo histórico, pela experiência, não podendo ser pensada de acordo com um modelo estático; e de Michel Foucault, sobre as múltiplas instância que o poder atinge na sociedade. Assim, podemos imaginar que o caráter político da resistência operária pode ser encontrado nas fábricas, nas vilas operárias, nos momentos de lazer, etc.; e não somente nas grandes organizações de luta; sindicato e partido.

Os estudos da Luzia Margareth Rago (RAGO, 1986) e Cristina Hebling Campos (CAMPOS, 1988), desviam do modelo anterior, vão tratar as especificidades que a historiografia da década de 1970 não dá conta de explicar. Em linhas gerais, as autoras entendem os primeiros anos do movimento operário brasileiro, a partir das relações de dominação e resistência existentes no cotidiano do trabalhador e, principalmente, na luta do trabalho contra o capital no interior da fábrica.

*[Os operários] desenvolvem intensa atividade de crítica da cultura e das instituições e formulam todo um projeto de mudança social que engloba os pequenos territórios da vida cotidiana. Propõem múltiplas formas de resistência política, que investem contra as relações de poder onde quer que se constituam: na fábrica, na escola, na família, no bairro, na rua. Desvendando os inúmeros e sofisticados mecanismos tecnológicos do exercício da dominação burguesa. (RAGO, 1986:14)*

A ênfase não está mais nas grandes estruturas de dominação e resistências (Estado, partido e sindicato), mas numa esfera micropolítica, como sendo um local legítimo de luta e possível de efetuar uma mudança que levaria a uma sociedade mais justa e igualitária.

Este e outros trabalhos da década de 1980 dão voz às representações libertárias do início do século no Brasil. Esse desvio surge, em parte, da apropriação de teorias produzidas por pensadores estrangeiros, mas esta apropriação só pôde ocorrer por meio da constituição de uma outra representação de história e de classe operária entre os acadêmicos brasileiros na década de 1980.

A possibilidade de transformação social não é mais determinada por uma estrutura social e organização política da classe operária, mas por condições históricas que não podem ser previamente deduzidas por meio de um modelo teórico hermético. Entretanto, ainda existe a possibilidade de destruição da sociedade atual e da constituição de uma sociedade mais igualitária; ainda, que seja por outras vias.

Surge, na perspectiva da década de 1980, a noção de resgate, isto é; o resgate das categorias libertárias como forma de identificar os germens revolucionários da classe operária brasileira do final da década de 1970:

*Impressionados [, nós, os intelectuais] pelas demonstrações desses sinais de vida própria dos dominados [nas greves de 1978], muitos de nós nos voltamos para a interrogação do seu significado e de sua gestação. Vivemos todo um movimento*

*intelectual de revisão histórica, buscando as raízes do presente, invisíveis nas formas passadas de representação do social. (PAOLI, 1983:130)*

Existe aí um sentido de história, que nasce no movimento anarquista no início do século XX, passa pelas greves do ABC paulista do final da década de 1970 e, provavelmente, termina na futura revolução operária. Com a história resgatada; o presente foi explicado e identificado; e o futuro projetado.

Esta perspectiva de análise historiográfica permite pensar a historiografia como produção cultural, que transforma materiais brutos (memória) em materiais culturais (história), atribuindo sentido e cientificidade; de acordo com um lugar sociocultural e temporal, uma prática e uma escrita. Segundo Michel de Certeau (Cf. CERTEAU, 2002:78-82), a consciência do lugar de onde se fala e de onde se faz história evita torná-la lenda ou impertinente a sociedade; um dizer sem lugar é o princípio do discurso ideológico, exclui a teoria e a crítica ao social. A consciência do lugar permite à historiografia a consciência de si e da sociedade. Não pensar a história como uma prática que transforma o natural em cultural, de acordo com regras e técnicas próprias do tempo e do lugar de onde fala o historiador (produtor), é colocar a produção historiografia ao lado da lenda, do romance, já que; só é científica a operação que transforma o presente; por meio da transformação dos elementos naturais em culturais, ou seja, das fontes em história.

### **Referências Bibliográficas:**

BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências. In FREITAS, M. C. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CAMPOS, Cristina H. **O sonhar libertário**. Campinas: Pontes, 1988.

CERTEAU, M. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1976.



HARDMAN, F. Foot e LEONARDI, V. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado, SADER, Eder & TELLES, Vera da Silva. Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico. **Revista Brasileira de História**, vol. 3, nº 6, 1983.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.